

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	67
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	69
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	975
Preferenciais	1.275
Total	2.250
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	271.395	262.022
1.01	Ativo Circulante	89.941	87.946
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.197	8.056
1.01.01.01	Caixa e Bancos	4.480	871
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	8.717	7.185
1.01.03	Contas a Receber	41.438	49.525
1.01.03.01	Clientes	39.964	47.855
1.01.03.01.01	Clientes	41.412	48.912
1.01.03.01.02	Provisão Para Devedores Duvidosos	-1.174	-813
1.01.03.01.03	(-) Ajuste a Valor Presente	-274	-244
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.474	1.670
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	1.474	1.670
1.01.04	Estoques	27.139	22.370
1.01.04.01	Estoques	27.139	22.370
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.711	7.663
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.711	7.663
1.01.07	Despesas Antecipadas	456	332
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	456	332
1.02	Ativo Não Circulante	181.454	174.076
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.749	3.859
1.02.01.03	Contas a Receber	845	297
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	845	297
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.904	3.562
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	1.271	1.353
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.164	838
1.02.01.09.05	Ativo Atuarial Relativo ao Plano Benefício Pós-Emprego	1.469	1.371
1.02.02	Investimentos	581	0
1.02.02.01	Participações Societárias	581	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	581	0
1.02.03	Imobilizado	175.299	169.467
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	171.153	163.497
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	374	96
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.772	5.874
1.02.04	Intangível	825	750
1.02.04.01	Intangíveis	825	750

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	271.395	262.022
2.01	Passivo Circulante	51.841	48.656
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.566	2.170
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.566	2.170
2.01.01.02.01	Salários e Ordenados a Pagar	2.566	2.170
2.01.02	Fornecedores	8.470	6.543
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.470	6.543
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.199	5.144
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.199	5.144
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias	2.650	2.116
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - Refis	2.435	2.616
2.01.03.01.04	Impostos e Contribuições - Incentivo Fiscal	114	412
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	21.989	22.628
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	21.783	22.594
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	13.490	18.766
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	8.293	3.828
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	206	34
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil - Leasing	206	34
2.01.05	Outras Obrigações	5.594	8.536
2.01.05.02	Outros	5.594	8.536
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	59	2.718
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	3.693	2.436
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	1.842	3.382
2.01.06	Provisões	8.023	3.635
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.023	3.635
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.023	3.635
2.02	Passivo Não Circulante	143.396	144.346
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	18.384	20.313
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	18.241	20.257
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	13.659	14.636
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.582	5.621
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	143	56
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil - Leasing	143	56
2.02.02	Outras Obrigações	100.424	99.952
2.02.02.02	Outros	100.424	99.952
2.02.02.02.03	Programa de Recuperação Fiscal - Refis	99.426	99.155
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições - Incentivo Fiscal	998	720
2.02.02.02.05	Obrigações Tributárias	0	77
2.02.03	Tributos Diferidos	21.298	20.944
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.298	20.944
2.02.03.01.01	CSLL Diferida	5.520	5.426
2.02.03.01.02	IRPJ Diferido	15.778	15.518
2.02.04	Provisões	3.290	3.137
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.290	3.137
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.905	1.752
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.385	1.385

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03	Patrimônio Líquido	76.158	69.020
2.03.01	Capital Social Realizado	10.707	8.594
2.03.04	Reservas de Lucros	17.312	10.708
2.03.04.01	Reserva Legal	577	577
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	0	8.483
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	8.018	1.648
2.03.04.10	Lucros Acumulados	8.717	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	48.139	49.718
2.03.06.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	48.139	49.718

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	42.477	137.923	44.706	135.333
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-31.654	-100.076	-32.523	-98.817
3.03	Resultado Bruto	10.823	37.847	12.183	36.516
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.579	-24.249	-7.025	-21.202
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.456	-11.182	-3.143	-9.157
3.04.01.01	Materiais	-13	-45	-11	-36
3.04.01.02	Mão de Obra	-640	-2.038	-590	-1.642
3.04.01.03	Gastos Gerais Fixos	-834	-2.397	-618	-1.547
3.04.01.04	Despesas Variáveis de Vendas	-1.969	-6.702	-1.924	-5.932
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.288	-13.950	-4.378	-13.085
3.04.02.01	Materiais	-72	-206	-63	-194
3.04.02.02	Mão de Obra	-1.386	-3.953	-1.240	-3.842
3.04.02.03	Gastos Gerais Fixos	-1.569	-6.079	-1.951	-5.689
3.04.02.04	Remuneração dos Administradores	-1.261	-3.712	-1.124	-3.360
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	384	1.436	853	1.961
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-219	-553	-357	-921
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.244	13.598	5.158	15.314
3.06	Resultado Financeiro	-464	-3.385	-886	-3.376
3.06.01	Receitas Financeiras	1.004	2.431	1.105	2.657
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.468	-5.816	-1.991	-6.033
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.780	10.213	4.272	11.938
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-729	-3.075	-1.398	-3.862
3.08.01	Corrente	-679	-2.721	-1.421	-3.691
3.08.02	Diferido	-50	-354	23	-171
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.051	7.138	2.874	8.076
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.051	7.138	2.874	8.076
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.99.01.01	ON	0,86270	3,00230	1,20920	3,39690
3.99.01.02	PN	0,94890	3,30250	1,33020	3,73650

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	2.051	7.138	2.874	8.076
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.051	7.138	2.874	8.076

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	26.713	17.915
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	17.754	20.736
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	7.138	8.076
6.01.01.02	Provisão para Contingências	153	570
6.01.01.03	Provisão para Perdas na Realização de Créditos	361	584
6.01.01.04	Provisão para Perdas no Estoque	150	500
6.01.01.05	Depreciação e Amortização	7.469	7.404
6.01.01.06	Baixa de Ativo Imobilizado	136	93
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	354	171
6.01.01.08	Encargos ocorridos sobre empréstimos e financiamentos	2.574	3.338
6.01.01.09	Recebimento de ações Eletrobrás	-581	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.959	-2.821
6.01.02.01	Contas a Receber	7.530	-10.478
6.01.02.02	Estoques	-4.919	-1.048
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	34	2.825
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-326	-54
6.01.02.05	Outros Ativos	-574	-607
6.01.02.06	Fornecedores	1.927	1.741
6.01.02.07	Obrigações Tributárias	527	889
6.01.02.08	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.784	4.253
6.01.02.09	Outros Passivos	-24	-342
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.512	-8.264
6.02.01	Adição ao Imobilizado e Intangível	-13.512	-8.264
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.060	-912
6.03.01	Liquidações de Empréstimos e Financiamentos	-5.401	-364
6.03.02	Pagamento de Dividendos	-2.659	-548
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.141	8.739
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.056	7.714
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.197	16.453

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.594	0	10.708	0	49.718	69.020
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.594	0	10.708	0	49.718	69.020
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.113	0	-2.113	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	2.113	0	-2.113	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.717	-1.579	7.138
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.138	0	7.138
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.579	-1.579	0
5.05.02.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	1.579	-1.579	0
5.07	Saldos Finais	10.707	0	8.595	8.717	48.139	76.158

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.594	0	2.312	0	52.238	63.144
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.594	0	2.312	0	52.238	63.144
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-548	9.531	-1.455	7.528
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.076	0	8.076
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-548	1.455	-1.455	-548
5.05.02.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	1.455	-1.455	0
5.05.02.08	Pagamento de Dividendos	0	0	-548	0	0	-548
5.07	Saldos Finais	8.594	0	1.764	9.531	50.783	70.672

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	152.690	150.444
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	151.254	148.483
7.01.02	Outras Receitas	1.436	1.961
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-73.204	-74.719
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-73.204	-74.719
7.03	Valor Adicionado Bruto	79.486	75.725
7.04	Retenções	-7.469	-7.404
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.469	-7.404
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	72.017	68.321
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.431	2.657
7.06.02	Receitas Financeiras	2.431	2.657
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	74.448	70.978
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	74.448	70.978
7.08.01	Pessoal	48.563	45.097
7.08.01.01	Remuneração Direta	36.511	33.541
7.08.01.02	Benefícios	8.889	8.100
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.163	3.456
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.931	11.772
7.08.02.01	Federais	10.690	9.678
7.08.02.02	Estaduais	2.065	1.930
7.08.02.03	Municipais	176	164
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.816	6.033
7.08.03.01	Juros	5.816	6.033
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.138	8.076
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.138	8.076



ELECTRO AÇO ALTONA S.A.



DADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

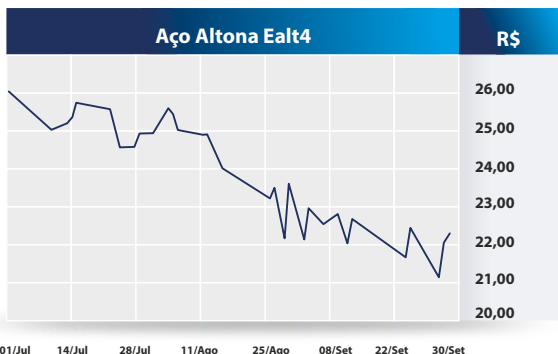
3T2014

Comentário do Desempenho



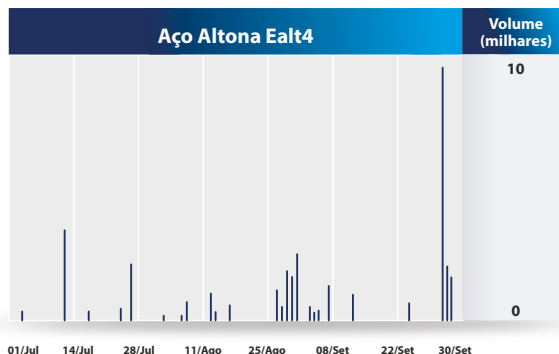
Blumenau, 23 de outubro de 2014. A Electro Aço Altona S/A (BM & FBovespa – EALT3 e EALT4) Controlada pela Companhia Werner S/A Agricultura e Comércio, atua no segmento de fundição de aço para várias atividades industriais, sendo as principais: infraestrutura; energia; e mineração, apresenta seu relatório de desempenho e anuncia o resultado do terceiro trimestre de 2014 (3T2014), encerrado em 30/09/2014. As informações financeiras e operacionais da Companhia são consolidadas de acordo com as Normas Brasileiras da Contabilidade e CPC’s, e os valores monetários estão expressos em Reais.

Histórico das Cotações 3T2014



Fonte: <http://exame.abril.com.br/mercados/cotacoes-bovespa/acoes/EALT4/grafico>

Movimentações do 3T2014

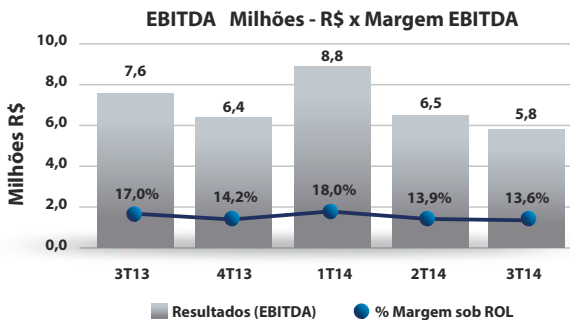


Fonte: <http://exame.abril.com.br/mercados/cotacoes-bovespa/acoes/EALT4/grafico>

Destaques do Trimestre:

EBITDA

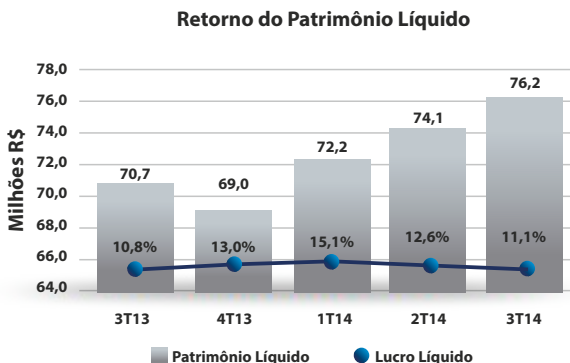
R\$ 5,8 milhões para o 3T2014, com margem de 13,6% sob a ROL, com um decréscimo de 3,4 pontos percentuais em comparação com o mesmo trimestre de 2013.



Retorno do Patrimônio Líquido - ROE

ROE de 11,1% para o 3T2014, com um acréscimo de 0,3 ponto percentual em comparação com o mesmo trimestre de 2013.

(ROE= Lucro Líquido dos últimos 12 meses / Patrimônio Líquido do trimestre anterior)

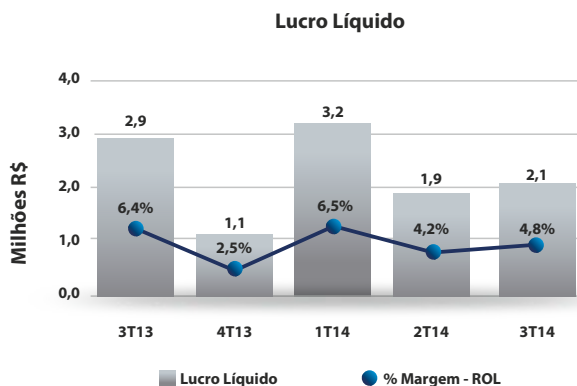




Comentário do Desempenho

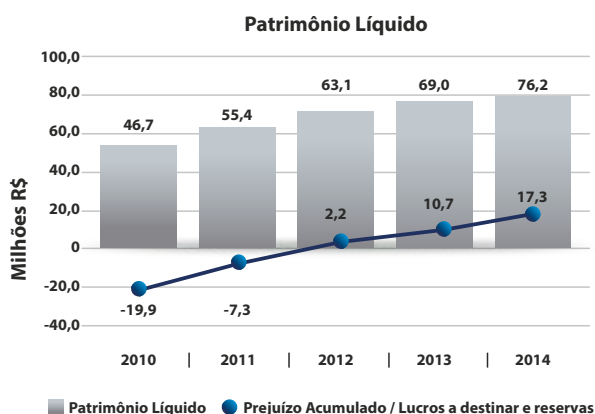
LUCRO LÍQUIDO

R\$2,1 milhões para o 3T2014, com margem de 4,8% sob a ROL, com um decréscimo de 1,6 ponto percentual em comparação como mesmo trimestre de 2013.



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R\$ 76,2 milhões acumulados, ao final do 3T2014. As reservas de lucros totalizam R\$ 17,3 milhões.



Avaliação da Administração Executiva sobre:

1 - Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para garantir a continuidade dos negócios e cumprir as suas obrigações de médio e longo prazo.

O atual capital de giro da Companhia é representado por seus recursos de caixa gerados a partir da produção e venda de produtos e inclusive de empréstimos de terceiros, e são suficientes para atender o financiamento de suas atividades no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

1.1 - Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os recursos tomados destinam-se a:

- (i) Pagamento pelo custo dos produtos e gastos gerais;
- (ii) Atendimento ao cronograma de pagamentos de nossos investimentos;
- (iii) Impostos incidentes sobre a receita bruta tais como ICMS, PIS/COFINS e IPI, bem como IR e CS sobre o Lucro, e encargos e contribuições sobre a mão de obra direta e indireta.

O EBITDA do terceiro trimestre de 2014 foi de R\$ 5,8 milhões (R\$7,6 milhões em 2013), as despesas financeiras de R\$ 1,5 milhão, (R\$ 2,0 milhões em 2013). Dessa forma, nosso EBITDA apresentou índice



Comentário do Desempenho

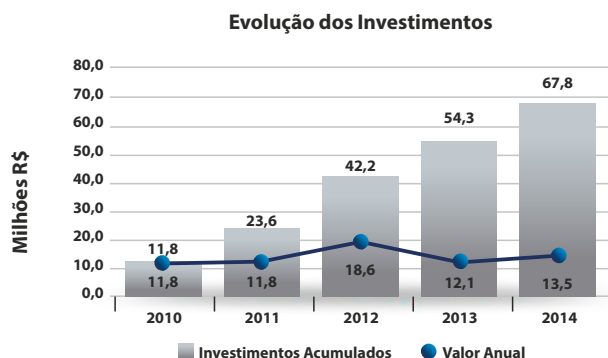
de cobertura operacional de 3,9 vezes em relação às despesas financeiras do período (3,8 vezes em 2013).

O Lucro Líquido do terceiro trimestre de 2014 foi de R\$ 2,1 milhões (R\$ 2,9 milhões em 2013). O retorno do Patrimônio Líquido corresponde a 11,1% (10,8% em 2013).

A geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante para os próximos 12 meses. Para eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vencidos no curto prazo contamos com linhas de crédito utilizadas nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no país.

A Companhia apresenta em seu planejamento estratégico, investimentos em ativo imobilizado para modernização do parque fabril e expansão.

As aquisições em máquinas, equipamentos, ampliações para expansão da capacidade de produção, alavancagem de recursos para os dispêndios em melhorias de produtividade e atualização tecnológica, totalizaram R\$ 2,5 milhões para este terceiro trimestre de 2014, e para o mesmo período de 2013 o montante foi de R\$ 5,1 milhões. Nos últimos cinco anos o montante acumulado é de R\$ 67,8 milhões.



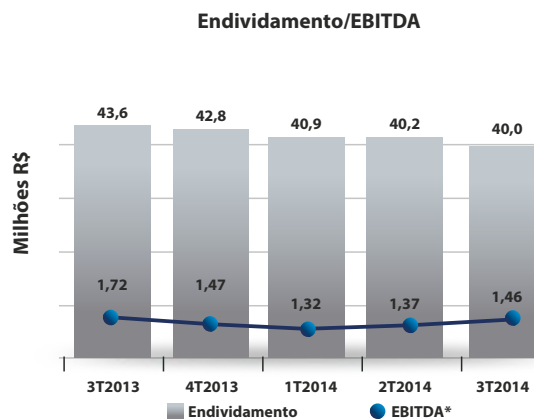
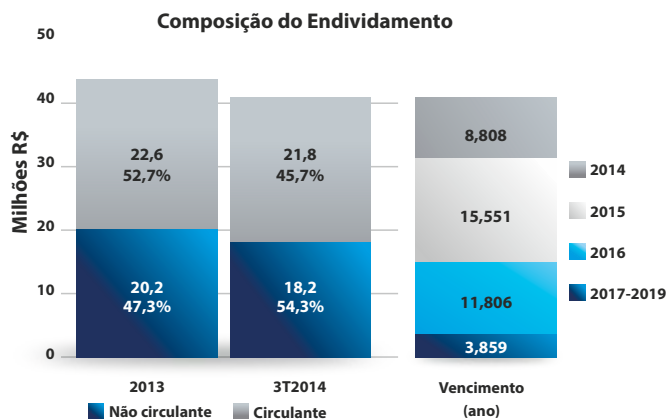
O investimento de maior relevância nestes nove meses de 2014, foi à compra e instalação de um forno denominado AOD com capacidade de 8 toneladas para refino do aço líquido. Este investimento representou aproximadamente 50% das aquisições. O planejamento estratégico que prioriza os investimentos sem comprometer a capacidade de pagamento prevê dispêndios para o contínuo melhoramento no terreno no município de Barra Velha-SC, nas futuras instalações de um novo parque fabril, que nos tornará ainda mais competitivos no mercado.

1.2 - Empréstimos e financiamentos com instituições financeiras e níveis de endividamento:

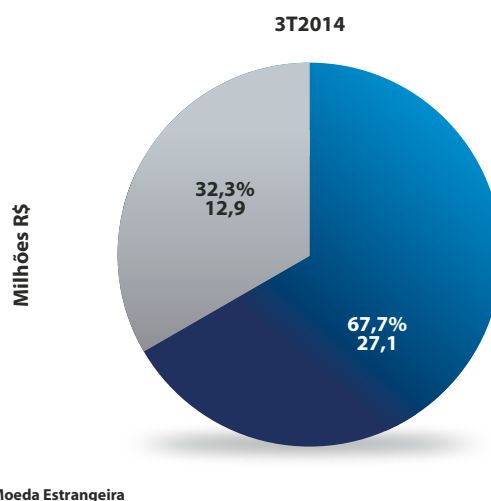
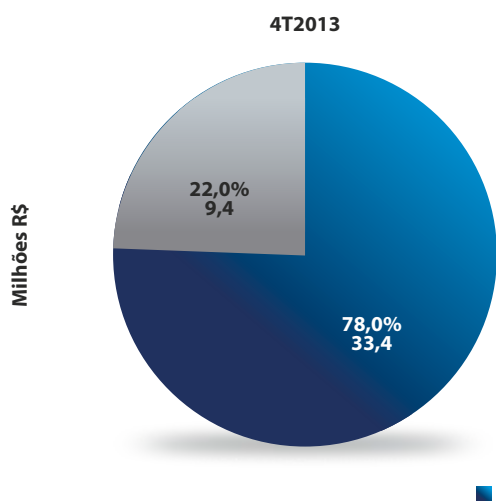
No encerramento do terceiro trimestre de 2014, as obrigações com instituições financeiras somavam R\$ 40,0 milhões, (R\$ 42,8 milhões em dezembro de 2013) sendo R\$ 21,8 milhões (R\$ 22,6 milhões em 2013) no circulante e R\$ 18,2 milhões (R\$ 20,2 milhões em 2013) no não circulante. Para o ano de 2014 os valores acumulados em Empréstimos/Financiamentos apresentam um decréscimo de 6,5% comparado com saldo no final do ano de 2013.



Comentário do Desempenho



* Relação entre o Endividamento e o EBITDA dos últimos 12 meses.



Como garantias dos empréstimos e financiamentos, a Companhia para o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2014, ofereceu:

- Alienação de máquinas e equipamentos

- A Companhia mantém com a Companhia Werner S/A e Bellevue Participações Ltda prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças, até o limite de R\$ 80,0 milhões. Em 30 de setembro de 2014, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pela avalista/fiadora, foi de R\$ 28,1 milhões. Nestes primeiros nove meses de 2014, a Companhia pagou à avalista/fiadora, a título de remuneração, a importância de R\$ 229 (R\$ 456 em 30 de setembro de 2013), com taxas inferiores às praticadas no mercado, registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais", sendo as amortizações e liquidações efetuadas regularmente em seus vencimentos.



Comentário do Desempenho

2 - Variações em cada item das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados – em Milhares de Reais (exceto Lucro por Ação)

	3T2014	AV	3T2013	AV	AH	Acm. 2014	AV	Acm. 2013	AV	AH
Receita Operacional Líquida.....	42.477	100%	44.706	100%	-5,0%	137.923	100%	135.333	100%	1,9%
Custo dos Produtos Vendidos.....	(31.654)	74,5%	(32.523)	72,7%	-2,7%	(100.076)	72,6%	(98.817)	73,0%	1,3%
Lucro Bruto.....	10.823	25,5%	12.183	27,3%	-11,2%	37.847	27,4%	36.516	27,0%	3,6%
Receitas Operacionais										
Outras Receitas Operacionais.....	384	0,9%	853	1,9%	-55,0%	1.436	1,1%	1.961	1,5%	-26,8%
Despesas Operacionais										
Despesas com Vendas.....	(3.456)	8,2%	(3.143)	7,0%	10,0%	(11.182)	8,1%	(9.157)	6,8%	22,1%
Despesas Gerais e Administrativas.....	(4.288)	10,1%	(4.378)	9,8%	-2,1%	(13.950)	10,1%	(13.085)	9,7%	6,6%
Outras Despesas Operacionais.....	(219)	0,5%	(357)	0,8%	-38,7%	(553)	0,4%	(921)	0,7%	-39,9%
Receitas (despesas) operacionais líquidas.....	(7.579)	17,9%	(7.025)	15,7%	7,9%	(24.249)	17,5%	(21.202)	15,7%	14,4%
Resultado antes das Receitas e (despesas) Financeiras.	3.244	7,6%	5.158	11,6%	-37,1%	13.598	9,9%	15.314	11,3%	-11,2%
Despesas Financeiras.....	(1.468)	3,5%	(1.991)	4,5%	-26,3%	(5.816)	4,2%	(6.034)	4,5%	-3,6%
Receitas Financeiras.....	1.004	2,4%	1.105	2,5%	-9,1%	2.431	1,7%	2.657	2,0%	-8,5%
Resultado Financeiro.....	(464)	1,1%	(886)	2,0%	-47,6%	(3.385)	2,5%	(3.377)	2,5%	0,2%
Resultado antes dos Tributos s/ Lucro.....	2.780	6,5%	4.272	9,6%	-34,9%	10.213	7,4%	11.937	8,8%	-14,4%
Provisões IRPJ e CSLL.....	(729)	1,7%	(1.398)	3,2%	-47,9%	(3.075)	2,2%	(3.861)	2,8%	-20,4%
Resultado Líquido das Operações Continuadas.....	2.051	4,8%	2.874	6,4%	-28,6%	7.138	5,2%	8.076	6,0%	-11,6%
Lucro (Prejuízo) por Ação – Em Reais (R\$).....	0,91		1,28			3,17		3,59		
Dados Econômicos Financeiros										
EBIT.....	3.244	7,6%	5.158	11,6%	-37,1%	13.598	9,9%	15.314	11,3%	-11,2%
EBITDA.....	5.792	13,6%	7.590	17,0%	-23,7%	21.067	15,3%	22.718	16,8%	-7,1%
Depreciação.....	(2.548)		(2.432)			(7.469)		(7.404)		

2.1 - Análise das principais contas do resultado – 3T2014 x 3T2013

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 42,5 milhões para o 3º trimestre de 2014, comparada aos R\$ 44,7 milhões para o mesmo trimestre de 2013 gerou um decréscimo de 5,0% ou R\$ 2,2 milhões entre os trimestres.

Para o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2014, 71% (64% em 2013) da receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno.

Os itens com demanda sob encomenda tiveram participação de 51% (46% em 2013) da receita líquida.

É de se destacar o recuo das receitas de exportações para esse terceiro trimestre de 2014 em relação a 2013, sendo parte em decorrência dos negócios na América Latina e América do Norte.



Comentário do Desempenho

Demonstração da Evolução da Receita Trimestral – R\$ milhares

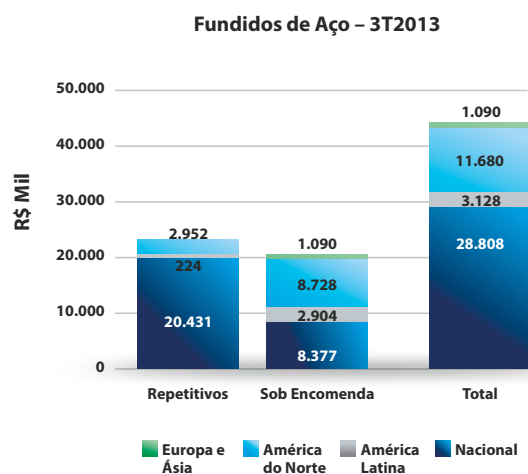
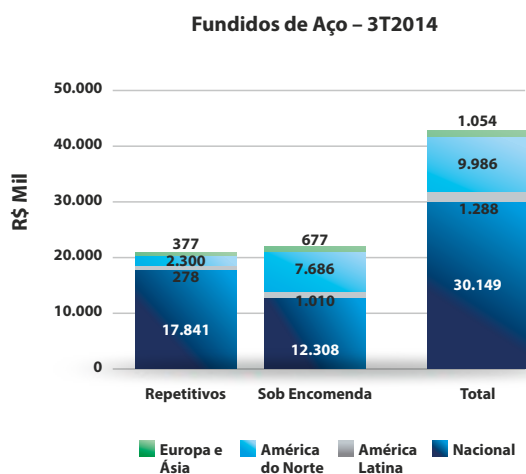
3T2014	Receitas no Mercado			
	Interno	Externo	Total	
Demandas				
Repetitivas.....	21.337	3.084	24.421	49%
Sob Encomenda.....	15.637	9.781	25.418	51%
Receita Bruta.....	36.974	12.865	49.839	100%
Deduções Receita.....	(6.825)	(537)	(7.362)	
Impostos.....	(6.100)	-	(6.100)	
Devoluções e Abatimentos.....	(465)	(446)	(911)	
Ajuste Valor Presente - AVP.....	(260)	(91)	(351)	
Receita Operacional Líquida.....	30.149	12.328	42.477	
Participação sob ROL.....	71%	29%	100%	

3T2013	Receitas no Mercado			
	Interno	Externo	Total	
Demandas				
Repetitivas.....	23.983	3.267	27.250	54%
Sob Encomenda.....	10.420	13.087	23.507	46%
Receita Bruta.....	34.403	16.354	50.757	100%
Deduções Receita.....	(5.595)	(456)	(6.051)	
Impostos.....	(4.822)	-	(4.822)	
Devoluções e Abatimentos.....	(463)	(310)	(773)	
Ajuste Valor Presente - AVP.....	(310)	(146)	(456)	
Receita Operacional Líquida.....	28.808	15.898	44.706	
Participação sob ROL.....	64%	36%	100%	



Comentário do Desempenho

Distribuição Geográfica - Receita Operacional Líquida



Demonstração da Evolução da Receita Trimestral (Acumulada) – R\$ milhares

Acum.2014

Demandas

	Receitas no Mercado			
	Interno	Externo	Total	
Repetitivas.....	70.272	17.307	87.579	56%
Sob Encomenda.....	32.791	36.256	69.047	44%
Receita Bruta.....	103.063	53.563	156.626	100%
Deduções Receita.....	(17.141)	(1.563)	(18.704)	
Impostos.....	(14.722)	-	(14.722)	
Devoluções e Abatimentos.....	(1.617)	(1.112)	(2.729)	
Ajuste Valor Presente - AVP.....	(801)	(451)	(1.252)	
Receita Operacional Líquida.....	85.923	52.000	137.923	
Participação sob ROL.....	62%	38%	100%	

Acum.2013

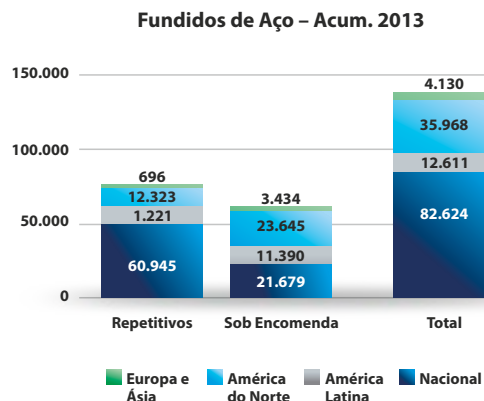
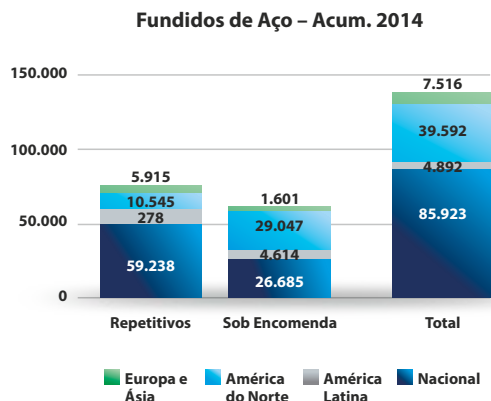
Demandas

	Receitas no Mercado			
	Interno	Externo	Total	
Repetitivas.....	70.942	14.872	85.814	56%
Sob Encomenda.....	29.310	38.782	68.092	44%
Receita Bruta.....	100.252	53.654	153.906	100%
Deduções Receita.....	(17.628)	(945)	(18.573)	
Impostos.....	(14.076)	-	(14.076)	
Devoluções e Abatimentos.....	(2.681)	(484)	(3.165)	
Ajuste Valor Presente - AVP.....	(871)	(461)	(1.332)	
Receita Operacional Líquida.....	82.624	52.709	135.333	
Participação sob ROL.....	61%	39%	100%	



Comentário do Desempenho

Distribuição Geográfica - Receita Operacional Líquida – R\$ milhares:



Outras Receitas (Despesas) Operacionais em R\$ milhares

	3T2014	3T2013	Acum. 2014	Acum. 2013
Outras receitas				
Despesas Recuperadas.....	121	49	385	97
Outras Receitas.....	263	804	1.051	1.864
	384	853	1.436	1.961
Outras despesas				
Contrato de Aval e Fiança.....	-	(146)	(229)	(456)
Perdas Operações Mercado Externo.....	(80)	(150)	(80)	(333)
Outros itens Extraordinários.....	(139)	(61)	(244)	(132)
	(219)	(357)	(553)	(921)
Efeito Líquido	165	496	883	1.040

Destacamos, foi publicado no dia 12 de setembro de 2014 o Decreto n.º 8.304 que regulamenta a aplicação do programa REINTEGRA a partir de outubro de 2014. O incentivo será registrado como outras receitas, como foi em 2013 e possibilitará a compensação com outros tributos administrados pela RFB.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos totalizou o montante de R\$ 31,6 milhões para o 3T2014 (R\$ 32,5 milhões em 2013), representando um decréscimo de 2,7% ou R\$ 0,9 milhão, sobre o 3T2013.

Com relação ao percentual da receita operacional líquida, o custo dos produtos vendidos deste 3T2014, foi de 74,5% (72,7% em 2013), representando um acréscimo de dois vírgula um pontos percentuais entre os trimestres e estão assim distribuído:



Comentário do Desempenho

	3T2014		3T2013		Acum. 2014		Acum. 2013	
Insumos Diretos.....	(9.956)	31,5%	(10.136)	31,2%	(30.989)	31,0%	(32.396)	32,8%
Materiais Indiretos.....	(2.230)	7,0%	(2.007)	6,2%	(6.363)	6,4%	(5.749)	5,8%
Custos com Pessoal.....	(11.738)	37,1%	(11.419)	35,1%	(36.324)	36,3%	(33.970)	34,4%
Serviços de Terceiros.....	(2.600)	8,2%	(2.416)	7,4%	(8.140)	8,1%	(7.228)	7,3%
Outras Despesas.....	(5.130)	16,2%	(6.545)	20,1%	(18.260)	18,2%	(19.474)	19,7%
Total das despesas.....	(31.654)	100%	(32.523)	100%	(100.076)	100%	(98.817)	100%
Participação na ROL.....		74,5%		72,7%		72,6%		73,0%

Despesas com Vendas

As despesas com vendas totalizaram o montante de R\$ 3,4 milhões para o 3T2014 (R\$ 3,1 milhões em 2013), representando um acréscimo de 10,0%, ou R\$ 0,3 milhão. A elevação é proveniente dos negócios realizados no exterior que refletiram em um aumento nos fretes e despesas gerais de exportação. Houve outros gastos que influenciaram para o aumento das despesas com vendas nesses nove meses de 2014 em comparação com 2013, como reestruturação comercial R\$ 0,7 milhão e R\$ 0,8 milhão provisões para devedores duvidosos - PDD. Com relação ao percentual da receita líquida, as despesas com vendas no 3T2014 foram de 8,2% (7,0% em 2013) e estão assim distribuídas:

	3T2014		3T2013		Acum. 2014		Acum. 2013	
Comissões.....	(1.445)	41,8%	(1.516)	48,2%	(4.680)	41,9%	(4.074)	44,5%
Fretes.....	(524)	15,2%	(408)	13,0%	(2.022)	18,1%	(1.227)	13,4%
Materiais.....	(13)	0,4%	(11)	0,3%	(45)	0,4%	(36)	0,4%
Mão de Obra.....	(640)	18,5%	(590)	18,8%	(2.038)	18,2%	(1.642)	17,9%
Serviços de Terceiros.....	(96)	2,8%	(143)	4,5%	(374)	3,3%	(275)	3,0%
Outras Despesas.....	(738)	21,3%	(475)	15,2%	(2.023)	18,1%	(1.903)	20,8%
Total das despesas.....	(3.456)	100%	(3.143)	100%	(11.182)	100%	(9.157)	100,0%
Participação na ROL.....		8,2%		7,0%		8,1%		6,8%

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas administrativas foram de R\$ 4,3 milhões para o 3T2014 (R\$ 4,4 milhões em 2013), significando assim um decréscimo de 2,2%, ou R\$ 0,1 milhão. Com relação ao percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas foram de 10,1% no resultado (9,8% em 2013), e estão assim distribuídas:

	3T2014		3T2013		Acum. 2014		Acum. 2013	
Materiais.....	(72)	1,7%	(63)	1,4%	(206)	1,5%	(194)	1,5%
Mão de Obra.....	(1.386)	32,3%	(1.239)	28,3%	(3.953)	28,3%	(3.671)	28,1%
Locação de Equipamentos	(49)	1,1%	(49)	1,1%	(151)	1,1%	(149)	1,1%
Honorários.....	(1.261)	29,4%	(1.124)	25,7%	(3.712)	26,6%	(3.530)	27,0%
Serviços de Terceiros.....	(695)	16,2%	(830)	19,0%	(2.638)	18,9%	(2.423)	18,5%
Outras Despesas.....	(825)	19,3%	(1.073)	24,5%	(3.290)	23,6%	(3.118)	23,8%
Total das despesas.....	(4.288)	100%	(4.378)	100%	(13.950)	100%	(13.085)	100%
Participação na ROL.....		10,1%		9,8%		10,1%		9,7%



Comentário do Desempenho

Receitas financeiras

	3T2014	3T2013	Acum. 2014	Acum. 2013
Rendimentos de aplicações financeiras.....	175	312	539	735
AVP.....	301	312	966	1.002
Variação cambial ativa.....	462	421	462	771
Outras receitas.....	66	60	464	149
	1.004	1.105	2.431	2.657

Despesas financeiras

	3T2014	3T2013	Acum. 2014	Acum. 2013
Encargos.....	(834)	(1.342)	(2.604)	(3.771)
Juros incorridos - REFIS.....	(634)	(649)	(1.914)	(2.262)
Variação cambial passiva.....	-	-	(1.298)	-
	(1.468)	(1.991)	(5.816)	(6.034)
Efeito Líquido.....	(464)	(886)	(3.385)	(3.377)

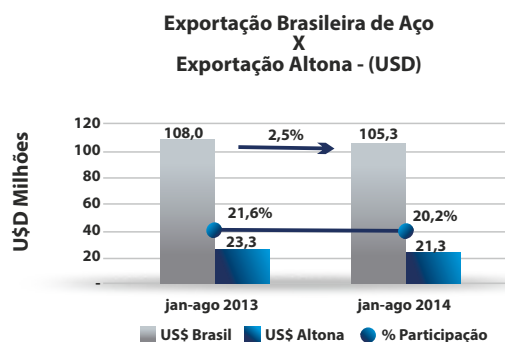
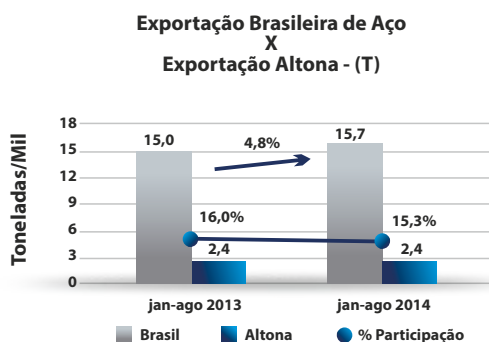
2.2 - Dos resultados das nossas operações, em especial:

i) Operacional, produção e Mercado

Acompanhamos à produção brasileira de aço fundido que, conforme dados da ABIFA (Associação Brasileira de Fundição), nestes primeiros 8 (oito) meses de 2014 apresentou um acréscimo em relação a 2013, 27,7 mil toneladas ou 18,3%.

Destacamos as exportações brasileiras. De acordo com a mesma fonte, o Brasil exportou mais em peso, um aumento de 4,8% ou 0,7 mil toneladas de aço, já em valores o desempenho teve um decréscimo em dólares 2,5% ou US\$ 2,7 milhões nestes primeiros 8 (oito) meses de 2014, em comparação com o mesmo período de 2013.

A Companhia apresenta uma participação em toneladas nas exportações brasileiras nesses 8 (oito) primeiros meses de 2014 de 15,3% (16,0% em 2013) e em dólares de 20,2% (21,6% em 2013).





Comentário do Desempenho

ii) Componentes importantes da receita

A receita bruta provém da venda de produtos classificados como: a) Demandas Repetitivas, fornecidos para montadoras; b) Demandas Sob Encomenda, fornecidos de acordo com as especificações e modelos ou desenhos dos clientes. São comercializados tanto no mercado interno como externo, para os mais variados segmentos de mercado.

O quadro abaixo demonstra nosso desempenho, em peso e valor:

	Mercado Interno			Mercado Externo			Total
	% Peso	R\$ mil	%	% Peso	R\$ mil	%	R\$ mil
3T2014	80,4	36.974	74,2	19,6	12.865	25,8	49.839
3T2013	73,8	34.403	67,8	26,2	16.354	32,2	50.757
% ano anterior	8,9	7,5		-25,2	-21,3		-1,8
%trim. anterior	17,5	10,8		-37,2	-33,8		-5,7

Comparativo em relação ao mesmo período do ano anterior – 3T2013

No mercado interno, o faturamento da companhia no 3T2014, comparado com o mesmo período de 2013, teve aumento de 7,5% nos valores monetários e aumento de 8,9% nas quantidades.

No mercado externo, comparando-se o 3T2014 ao mesmo período do ano anterior, os valores tiveram uma redução 21,3%, e as quantidades 25,2%.

Quando comparamos a soma dos mercados no 3T2014 com o mesmo período do ano anterior, podemos observar que houve uma redução dos valores monetários de 1,8%, e de 7,0% nas quantidades produzidas.

A participação nos mercados no 3T2014 em relação ao mesmo período do ano anterior mostra um aumento na participação no mercado interno de 67,8% para 74,2% em valores, e de 73,8% para 80,4% nas quantidades.

Comparativo em relação ao 2T2014

No mercado interno, o faturamento da companhia no 3T2014, em valores monetários comparado com o 2T2014, demonstra um aumento de 10,8% nos valores e aumento de 17,5% nas quantidades.

No mercado externo, em relação ao 2T2014 observa-se uma diminuição dos valores em 33,8% e de 37,2% nas quantidades.

Quando comparamos a soma dos mercados no 3T2014 com o 2T2014, podemos observar houve uma diminuição nos valores monetários de 5,7%, e também nas quantidades que diminuíram 7,0%.



Comentário do Desempenho

iii) Fatores que poderão afetar o resultado operacional

No cenário nacional o baixo crescimento do PIB, e o fraco desempenho da atividade industrial, mantiveram-se no terceiro trimestre de 2014, houve uma diminuição na produção da Companhia no terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre. Em valores também houve redução em relação ao período anterior, e são decorrentes principalmente da diminuição da demanda por parte de alguns clientes.

No cenário internacional o real se desvalorizou frente ao dólar neste terceiro trimestre, o que favorece a competitividade da empresa no mercado externo, porém o volume de negócios ainda não refletiu esta desvalorização que aconteceu com maior impacto somente no mês de setembro.

3 - Efeitos dos principais fatores macroeconômicos que influenciaram nossos resultados

O IGP-M encerrou setembro com alta de 0,20% (ante -0,27%, em agosto), no segundo trimestre de 2014 o índice teve variação -0,68% (ante - 0,10% do segundo trimestre de 2013). (fonte: Conjuntura Econômica).

O Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) que é o índice oficial do governo para acompanhamento da inflação encerrou setembro com alta de 0,57%, (ante 0,25% em agosto). No terceiro trimestre de 2014 o índice teve variação 0,83% (ante 1,54% no segundo trimestre de 2013). A inflação a exemplo dos últimos meses continua sendo o foco de preocupação do governo e do Copom (comitê de política monetária), a meta anual de inflação é 4,5% com +/- 2 p.p. de variação, nos últimos doze meses esta acumulada em 6,75%. O Copom, que se reúne para decidir sobre o nível da taxa de juros (Selic), em setembro decidiu manter a taxa em 11,00% a.a., esta taxa desde abril de 2013 vinha sendo reajustada quando era de 7,25% a.a.. (fonte: IBGE e Banco Central).

Neste segundo trimestre a cotação da moeda norte americana encerrou setembro em R\$ 2,45, alta de 11,4% em relação à cotação do fim do trimestre anterior (R\$ 2,20 em 30/06/14). Avaliando o desempenho do final do setembro de 2014 com o final de setembro de 2013, o dólar teve uma valorização frente ao real de 9,9%, passando de R\$ 2,23 para R\$ 2,45. (fonte: Banco Central)

A Companhia é afetada por estes fatores externos, dos quais não possui domínio nem capacidade de prever intensidade. Para amenizar estes fatores externos que possam ser prejudiciais à empresa, medidas como repasse de preços e/ou redução de custos são utilizadas. A desvalorização do real é um fator que favorece a competitividade das exportações e também causa pressão inflacionária. A fim de se proteger destes fatores externos e na busca constante pelo aumento da competitividade e qualidade a Companhia trabalha constantemente na busca pela excelência operacional. Temos como objetivos estratégicos e metas o aumento da produtividade, redução do prazo de entregas, redução de custos e retrabalhos. Investimentos em novos processos/tecnologias, gestão eficaz de compras, investimentos em qualificação de pessoas, em segurança e meio ambiente.



Comentário do Desempenho

4 - Dos controles internos adotados para assegurar a adequada elaboração das demonstrações financeiras e controles gerenciais

Os Diretores da Companhia entendem que, seguir os princípios da governança corporativa e o uso de controles internos, auxiliam na elaboração e execução do Planejamento Estratégico. O direcionamento dos controles internos contábeis, e as técnicas de gestão de controles de processos, possibilitam a Administração, mapear riscos e usufruir de oportunidades.

Numa visão abrangente, a Administração avalia que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são adequados e eficazes. Visando o crescimento e melhoria destes controles internos, a Companhia vem investindo em projetos, adotando metodologias *Lean-Six Sigma*, usufruindo dessas ferramentas de gestão como suporte nos controles de custos e geração de informações gerenciais.

A Companhia mantém em sua estrutura organizacional a área de controladoria, subordinada à Diretoria, a qual tem como principal objetivo assegurar que operacionalmente se mantenham padrões de qualidade e controles que vão contribuir para a melhoria contínua da elaboração das demonstrações financeiras, orçamentária e controle gerencial.

Em Especial

Anualmente é publicado o "Anuário Estatístico das Companhias Abertas" elaborado pela BM&Fovespa. Recentemente saíram os dados econômicos financeiros do biênio 2012/2013. Das informações de suma importância são extraídas análises para comparar o desempenho da Altona em relação às outras Companhias do mesmo setor. Estão registradas aproximadamente 360 Companhias abertas nos mais diversos segmentos de mercado que representam mais de 16% do PIB do Brasil.

A Altona está classificada no setor de Bens de Capital/Maquinas e Equipamentos. São 28 Companhias registradas, sendo 7 de Santa Catarina.

As informações geradas demonstram que o setor cresceu sensivelmente. A ROL passou de R\$ 46 bi, em 2012 para R\$ 51 bi em 2013 ou 10,9%. A rentabilidade sobre o Lucro Líquido - RLL foi de 3,1%, bem como a rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido- ROE, ficou na ordem de 7,5%, em 2013.

Comparando os mesmos indicadores, a Altona está acima da média geral: rentabilidade sobre o Lucro Líquido - RLL 5,1% e rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido- ROE foi de 13,0% em 2013. É importante destacar que nem todas as Companhias tiveram lucros em 2013 ou seus Patrimônios Líquidos eram positivos.

Das 28 Companhias abertas do setor de Bens de Capital/Maquinas e Equipamentos do Brasil, a Altona se destaca entre as 10 com maior rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido- ROE, e em Santa Catarina está entre três maiores.

A Administração



ELECTRO AÇO ALTONA S.A.

Rua Engº Paul Werner, 925
CEP 89030-900 | Blumenau/SC | Brasil
Tel.: +55 47 3321.7788
Fax: +55 47 3321.7799

www.altona.com.br

Notas Explicativas



Electro Aço Altona S/A

Companhia de Capital Aberto
CNPJ nº 82.643.537/0001-34 – IE nº 250.043.106
Rua Eng.º Paul Werner, 925
CEP 89030-900 – Blumenau – SC - Brasil



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DO 3º ITR DE 2014

Notas Explicativas

1. Informações sobre a Companhia

A ELECTRO AÇO ALTONA S/A é uma Companhia aberta com sede em Blumenau – SC, Brasil, e tem como atividade principal e objeto social a: produção, industrialização nos setores de fundição e usinagem, e fornecimento de peças fundidas em aços carbono, ligadas (baixa, média e alta liga) e ferros ligados para aplicações especiais. A Companhia é controlada da Companhia Werner S/A.

A Visão, Missão e Valores, fazem parte do cotidiano da gestão. Inovando e investindo no conhecimento e na tecnologia, a Companhia é reconhecida como uma das melhores do mundo no setor de fundição e usinagem por sua qualidade de processos e respeito ao colaborador - foi a primeira fundição de aço no mundo a receber a certificação internacional SA 8000, além de conquistar o ISO 9001:2008 e outros certificados.

Trabalhando em dois núcleos de peças fornecidas que são tituladas como “repetitivas”, quando são feitas em série, constituindo produtos ou partes e peças e até conjuntos de peças para as empresas montadoras de equipamentos autopropulsores, ou “sob encomenda”, quando são feitas sob medida para o cliente de forma não seriada, sejam isoladas ou como partes de subconjuntos, constituintes de equipamentos completos. Independentemente de serem “repetitivas” ou “sob encomenda”, todas as peças são produzidas de acordo com especificações, projetos e normas técnicas de uso internacional e de clientes.

A Companhia assume há anos o compromisso de transformar o aço em aplicações que contribuem para o desenvolvimento global, tendo como visão, “Ser excelência no mercado mundial de fundidos em aço”.

2. Políticas contábeis

As presentes informações trimestrais (ITR) foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 24 de outubro de 2014.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As informações trimestrais foram elaboradas levando em consideração diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a estimativa de perdas com clientes e nos estoques; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros e o plano de assistência médica pós-emprego.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As informações trimestrais foram preparadas e estão sendo apresentadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR e, que estão de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

A Companhia adotou todas as normas vigentes na data de elaboração da presente Informação Trimestral.

2.1 Conversão de moeda estrangeira

As informações trimestrais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

2.2 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--continuação

2.2 Reconhecimento de receita--continuação

Prestação de serviços

A receita de serviços é reconhecida com base na prestação efetuada. Quando os serviços não puderem ser medidos de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, se aplicável.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço, estão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensá-los contra o passivo fiscal e os impostos diferidos relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--continuação

2.3 Impostos--continuação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social - PIS: 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%
- Imposto sobre a Circularização de Mercadorias e Prestação de serviços – ICMS: 7% a 18%
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: 2% a 5%
- Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI: 8% a 15%
- Instituto Nacional do Seguro Social – INSS: 1%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

2.4 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

2. Políticas contábeis--continuação

2.4 Instrumentos financeiros--continuação

(i) Ativos Financeiros--continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--continuação

Notas Explicativas

Os ativos financeiros da Companhia são classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

2. Políticas contábeis--continuação

2.4 Instrumentos financeiros--continuação

(i) Ativos Financeiros--continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Notas Explicativas

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação é revogada, cancelada ou expirar.

2. Políticas contábeis--continuação

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber como demonstrado na nota explicativa 5.

2.6 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo de aquisição ou produção, ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- (i) Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio; e
- (ii) Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. Periodicamente a Companhia revisa a recuperabilidade de seus estoques e realiza provisão em caso de indicadores que diferem,

Notas Explicativas

para menos, dos valores registrados em seu ativo. A abertura das principais contas dessa rubrica está demonstrada na nota explicativa 6.

2.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.8 Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento são satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

2. Políticas contábeis--continuação

2.8 Imobilizado--continuação

O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.9 Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--continuação

2.10 Custo dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.11 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. A vida útil do ativo intangível da Companhia é avaliada como definida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2. Políticas contábeis--continuação

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--continuação

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.13 Partes relacionadas

Notas Explicativas

As transações de compras e vendas de insumos e produtos, quando efetuadas, são praticadas em condições e prazos de mercado.

2.14 Plano de benefício pós-emprego (assistência médica)

A Companhia patrocina plano pós-emprego do tipo benefício assistência médica a funcionários em nível executivo. Esses benefícios são financiados em regime de caixa. O custeio dos benefícios concedidos pelo plano de benefício definido é estabelecido utilizando o método previsto no CPC 33 (R1).

Os compromissos atuariais com o plano são provisionados, conforme procedimentos previstos pelo CPC 33 (R1), com base em cálculos atuariais, elaborados anualmente por atuários independentes. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuições dos empregados (nota 11.c).

No plano de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou, de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

As contribuições devidas pela Companhia aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações da Companhia em relação aos associados aposentados são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no balanço (nota 11.c) refere-se ao valor justo dos ativos do plano e sua realização ocorrerá até o final do plano.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--continuação

2.15 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.16 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, gerados no curso normal de suas atividades. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Ainda, quando da avaliação de risco possível, a Companhia realiza a divulgação ao mercado dos processos.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--continuação

2.17 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 30 de setembro de 2014

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados durante o período findo em 30 de setembro de 2014. Segue abaixo a avaliação da Companhia sobre os impactos destas novas normas e interpretações:

Emenda à IFRS 11	<u>Contabilização de Aquisições de Interesses em Operações em Conjunto</u>
Emendas à IAS 16 e IAS 38	<u>Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização</u>
IFRS 15	<u>Receitas de Contratos com Clientes</u>
<u>Emendas à IAS 16 e IAS 41</u>	<u>Agriculture: Bearer Plants</u>
Outros	<u>Melhorias Anuais às Normas IFRS Ciclo 2012-2014</u>
<u>Alteração às Normas IFRS 10 e IAS 28</u>	<u>Venda ou Contribuição de ativos entre uma investidora e sua coligada ou empresa controlada em conjunto (joint venture).</u>
Alteração à Norma IAS 27	<u>Método patrimonial em demonstrações financeiras separadas</u>
<u>IFRS 9</u>	<u>Instrumentos Financeiros</u>

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas informações intermediárias que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a

Notas Explicativas

incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia no corrente trimestre, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição de provisões para temas tributários, exceto pelas provisões no passivo e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--continuação

Estimativas e Premissas--continuação

Benefícios de Assistência Médica

O custo de planos de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial.

A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pelo menos anualmente.

Notas Explicativas

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4. Equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4.480	871
Aplicações financeiras	8.717	7.185
TOTAL	<u>13.197</u>	<u>8.056</u>

Em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento entre 97% e 101% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

5. Contas a receber de clientes

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Mercado Interno	19.828	20.534
Mercado Externo	21.584	28.378
	<u>41.412</u>	<u>48.912</u>
(-) Ajuste a Valor Presente	(274)	(244)
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	<u>(1.174)</u>	<u>(813)</u>

Notas Explicativas

TOTAL	39.964	47.855
--------------	---------------	---------------

a) a movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo no início do período	(813)	(229)
Adições	(819)	(584)
Recuperações/ realizações	458	-
Saldo no final do período	<u>(1.174)</u>	<u>(813)</u>

b) ciclo financeiro:

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Duplicatas a vencer até 30 dias	17.001	14.299
Duplicatas a vencer após 30 dias	21.415	30.039
Duplicatas vencidas até 30 dias	466	2.234
Duplicatas vencidas há mais de 30 dias	2.530	2.340
Total	<u>41.412</u>	<u>48.912</u>

Notas Explicativas

6. Estoques

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Produtos Acabados	3.543	2.310
Produtos em Elaboração	18.468	14.721
Matéria Prima	1.714	1.406
Materiais Auxiliares	2.636	2.552
Outros Materiais	1.764	2.190
Mercadorias em Consignação	214	241
(-) Provisão para Perdas no Estoque	(1.200)	(1.050)
TOTAL	<u>27.139</u>	<u>22.370</u>

Os estoques estão segurados e sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvido.

Provisão para perda é registrada para operações destinadas ao mercado de óleo e gás onde estima-se que os estoques sejam realizados com perda. Movimentação para provisão de perda no estoque:

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo no início do período	(1.050)	-
Adições	(150)	(1.050)
Baixas	-	-
Saldo no final do período	<u>(1.200)</u>	<u>(1.050)</u>

7. Tributos a recuperar

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IRPJ, CS, IPI, PIS, COFINS	6.526	6.391
ICMS, PIS, COFINS sobre o imobilizado	2.456	2.625
	<u>8.982</u>	<u>9.016</u>
Circulante	7.711	7.663
Não circulante	1.271	1.353

Os créditos serão realizados pela Companhia através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A administração não espera perdas na realização destes créditos.

Notas Explicativas**8. Imobilizado**

a) Movimentação dos Ativos Imobilizados - 2014:

	Terrenos e Edificações Próprias	Máquinas, Equipamentos e Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizados em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros Imobilizados	Total
Custo:							
Em 31 dezembro 2013	120.071	168.958	4.841	5.874	104	2.883	302.731
Adições	2.171	2.556	365	7.648	317	206	13.263
Transferências	3.012	6.738	-	(9.750)	-	-	-
Baixas	-	(1.552)	(14)	-	-	(80)	(1.646)
Em 30 setembro 2014	125.254	176.700	5.192	3.772	421	3.009	314.348
Depreciação							
Em 31 dezembro 2013	(24.649)	(103.127)	(3.561)	-	(8)	(1.919)	(133.264)
Depreciação	(1.360)	(5.483)	(237)	-	(39)	(176)	(7.295)
Baixas	-	1.424	9	-	-	77	1.510
Em 30 setembro 2014	(26.009)	(107.186)	(3.789)	-	(47)	(2.018)	(139.049)
Valor líquido							
Em 31 dezembro 2013	95.422	65.831	1.280	5.874	96	964	169.467
Em 30 setembro 2014	99.245	69.514	1.403	3.772	374	991	175.299

Notas Explicativas**8. Imobilizado--continuação**

b) Movimentação dos Ativos Imobilizados - 2013:

	Terrenos e Edificações Próprias	Máquinas, Equipamentos e Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizados em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros Imobilizados	Total
Custo							
Em 31 dezembro 2012	116.753	163.553	4.521	3.590	2.300	2.486	293.203
Adições	3.318	5.527	331	2.284	104	242	11.806
Transferências	-	2.010	-	-	(2.300)	290	-
Baixas	-	(2.132)	(9)	-	-	(135)	(2.278)
Em 31 dezembro 2013	120.071	168.958	4.841	5.874	104	2.883	302.731
Depreciação							
Em 31 dezembro 2012	(22.905)	(96.433)	(3.206)	-	(927)	(1.768)	(125.239)
Depreciação	(1.744)	(7.329)	(361)	-	(69)	(192)	(9.695)
Transferências	-	(900)	-	-	988	(88)	-
Baixas	-	1.535	6	-	-	129	1.670
Em 31 dezembro 2013	(24.649)	(103.127)	(3.561)	-	(8)	(1.918)	(133.264)
Valor líquido							
Em 31 dezembro 2012	93.848	67.120	1.315	3.590	1.373	718	167.964
Em 31 dezembro 2013	95.422	65.831	1.280	5.874	96	964	169.467

Foram oferecidos bens do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 57 milhões em garantia do REFIS.

Em 2010 a Companhia efetuou a avaliação de seus ativos imobilizados pelo custo atribuído através de uma empresa especializada em avaliações patrimoniais. Para a determinação do custo atribuído os avaliadores independentes seguiram as recomendações da NBR 14.653-1, 14.653-2, 14.653-5 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foram considerados também os critérios propostos pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia. Com base nos procedimentos efetuados, foram determinadas as vidas úteis, as quais foram aplicadas em 30 de setembro de 2014 e 2013 conforme abaixo indicado:

Classe de Imobilizado	Vida Útil Média
Edificações e Benfeitorias	25 anos
Máquinas e Equipamentos	18 anos
Móveis e Utensílios	9 anos
Outros Ativos Imobilizados	4 anos

Notas Explicativas**9. Intangível**

a) Movimentação do Ativo Intangível - 2014:

	Software
<u>Custos:</u>	
Em 31 dezembro 2013	3.586
Adições	249
Em 30 setembro 2014	3.835
<u>Amortização:</u>	
Em 31 dezembro 2013	(2.836)
Amortização	(174)
Em 30 setembro 2014	(3.010)
Em 31 dezembro 2013	750
Em 30 setembro 2014	825

b) Movimentação do Ativo Intangível - 2013:

	Software
<u>Custos</u>	
Em 31 dezembro 2012	3.261
Adições	325
Em 31 dezembro 2013	<u>3.586</u>
<u>Amortização</u>	
Em 31 dezembro 2012	(2.646)
Amortização	(190)
Em 31 dezembro 2013	<u>(2.836)</u>
<u>Valor contábil</u>	
Em 31 dezembro 2012	615
Em 31 dezembro 2013	750

A Companhia utiliza a vida útil definida de 5 anos para os itens de seu ativo intangível.

Notas Explicativas**10. Financiamentos e empréstimos**

Modalidade	Encargos	30/09/2014	31/12/2013
Circulante		21.783	22.594
ACC	U\$+6,5% a.a	3.676	-
Capital Giro	CDI+0,70 a 1,0% a.m.	15.951	19.794
Finimp GCB696/10	U\$+7,40% a.a.	304	464
Finame / BNDES	5,6% a.a.	1.852	2.336
Não Circulante		18.241	20.257
Capital Giro	CDI+0,70 a 1,0% a.m.	15.708	16.299
Finimp GCB 696/10	U\$ + 7,40% a.a.	-	180
Finame / BNDES	5,6% a.a.	2.533	3.778
Total		40.024	42.851
Moeda nacional		27.149	33.402
Circulante		13.490	18.766
Não circulante		13.659	14.636
Moeda estrangeira		12.875	9.449
Circulante		8.293	3.828
Não circulante		4.582	5.621
Total		40.024	42.851

Vencimento dos financiamentos e empréstimos:

	30/09/2014
2014	8.808
2015	15.551
2016	11.806
2017	3.391
2018	443
2019	25
Total	40.024

Os empréstimos bancários da Companhia estão sendo garantidos por avais da Companhia Werner (acionista da Companhia) e da empresa Bellevue conforme nota 16.a e penhora de máquinas e equipamentos. Adicionalmente, estes empréstimos não têm cláusulas restritivas (covenants).

Notas Explicativas

11. Provisões

11.a) Provisão para litígios e demandas judiciais

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	30/09/2014	Adições	Baixas	31/12/2013
Trabalhistas	614	472	(563)	705
Tributárias	1.291	244	-	1.047
	1.905	716	(563)	1.752

Trabalhistas

A Companhia é acionada em reclamatórias trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 614 em 30 de setembro de 2014 (R\$ 705 em 31 de dezembro de 2013) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas.

Adicionalmente, há em andamento processos trabalhistas no montante de aproximadamente R\$ 399, para os quais não foi constituída qualquer provisão pelo fato dos consultores jurídicos da Companhia entenderem que a perspectiva de perda da Companhia nestes processos é possível.

Tributárias

A provisão é formada principalmente por valores provisionados a título de INSS sobre verbas salariais. A Companhia discute judicialmente a não incidência de INSS sobre as verbas de auxílio doença e SEBRAE. Os valores devidos são apurados mensalmente e provisionados, sendo que o montante provisionado em 30 de setembro de 2014, para esta causa, totaliza R\$ 932. O saldo restante provisionado, no valor de R\$ 359, refere-se a diversas causas de valores não relevantes individualmente.

Outros

Processo INSS, Terceiros e RAT sobre 1/3 das Férias

A Companhia é autora em ação ajuizada que discute a incidência do INSS sobre 1/3 das férias. Por orientação jurídica, efetuou-se mandado de Segurança de nº 5001095- 95.2010.404.7205, por meio do qual se discute a não incidência de contribuição previdenciária devida ao INSS, Terceiros e RAT sobre os valores pagos aos funcionários

a título de adicional de 1/3 de férias. A Companhia vem realizando regularmente os pagamentos devidos no período em discussão.

O Tribunal Regional da quarta região, consignou que a Companhia tem direito de efetuar a compensação dos valores desde os últimos 05 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação. A intimação dessa decisão para a Fazenda Nacional aguarda abertura de prazo, e ainda não transitou em julgado.

Notas Explicativas

11. Provisões--continuação

11.a) Provisão para litígios e demandas judiciais--continuação

Processo INSS, Terceiros e RAT sobre 1/3 das Férias--continuação

Apesar de ainda não ter sido certificado o trânsito em julgado, é entendimento dos assessores da Companhia que esta tem o direito creditório, entre os meses de junho de 2005 a setembro de 2014, no montante aproximado de R\$ 2.200. O crédito será registrado contabilmente a partir da certificação do trânsito em julgado.

11.b) Depósitos Judiciais

A Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	<u>30/09/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2013</u>
Deposito Judicial / Trabalhista	1.164	339	(13)	838

Do saldo de R\$ 1.164, R\$ 932 correspondem a processos ingressados para reconhecimento da não incidência de INSS nas verbas salariais referente auxílio doença e SEBRAE, conforme orientação dos consultores jurídicos da Companhia.

11.c) Atuarial

A Companhia implantou no final do exercício de 2010, o plano de benefícios pós – emprego para seus empregados e ex-empregados garantindo assistência médica vitalícia a todos que ocuparem cargo de Gerente ou Diretor Executivo, que completarem 65 anos, e aos Conselheiros de Administração que completarem 75 anos, desde que tenha sido empregado, Diretor ou Conselheiro da Administração da ALTONA por 30 anos ininterruptos, uma vez que os mesmos não estabelecem vínculo empregatício com a Companhia. Em 2011 por decisão do Conselho de Administração decidiu-se alterar as regras para a concessão do benefício pós – emprego reduzindo a idade mínima passando de 65 para 55 anos no caso de Gerente ou Diretor Executivo e de 75 para 65 quando Conselheiros de Administração, resultando no incremento das obrigações atuariais.

O registro da provisão foi suportado por um estudo atuarial e a avaliação do plano adotou o método da unidade de crédito projetado, sendo que os ativos e passivos atuariais em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, podem ser resumidos como segue:

Ativos e passivos atuariais	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Valor presente das obrigações atuariais	(1.385)	(1.385)
Valor justo dos ativos do plano	1.469	1.371
Ativo/(passivo) atuarial líquido no final do período	<u>84</u>	<u>(14)</u>

Notas Explicativas

11. Provisões--continuação

11.c) Atuarial--continuação

As premissas e critérios adotados na estimativa do plano foram divulgadas na nota explicativa 11.c às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Não houve alterações relevantes nas premissas adotadas desde aquela data.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é constituído de 2.250 mil ações, sendo 975 mil ordinárias e 1.275 mil preferenciais, escriturais sem valor nominal.

O capital social poderá ser aumentado nos termos do Artigo n.º 168 da Lei 6.404/76, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$ 50.000 ou até o limite de 2.925 mil de ações, podendo emitir até 675 mil ações preferenciais da mesma classe existente.

Em 28 de abril de 2014 a AGO deliberou pelo aumento de capital com reservas de lucro no valor de R\$2.113, sem emissão de novas ações.

b) Reservas de lucros

Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Remuneração aos acionistas

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76.

d) Outros resultados abrangentes

Refere-se a diferença entre o custo original e o custo atribuído ("Deemed Cost") de certos bens do ativo imobilizado, que foi gerado pela adoção inicial dos CPC's e do IFRS. A realização do Ajuste Avaliação Patrimonial ocorre através da depreciação ou baixa do ativo correspondente.

Notas Explicativas**13. Obrigações tributárias**

Os impostos e contribuições a pagar, apresentam a seguinte composição:

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
INSS	862	821
FGTS	313	306
Imposto de renda retido na fonte	539	526
Sesi, Senai e outros	701	357
IR e CS a recolher	<u>235</u>	<u>183</u>
	<u>2.650</u>	<u>2.193</u>
Circulante	2.650	2.116
Não circulante	-	77

Notas Explicativas

14. Incentivo fiscal estadual – PRODEC

A Companhia obteve, junto ao Estado de Santa Catarina, a concessão do incentivo do Programa de Desenvolvimento Catarinense – PRODEC. Programa criado com o objetivo de fomentar o crescimento da indústria catarinense, conforme contrato 003/06 publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 07 de abril de 2006. Tal incentivo se caracteriza pela concessão à Companhia de um crédito de ICMS, o qual é utilizado à medida que a Companhia apresenta incremento dos valores devedores de ICMS apurados em suas operações. Tal crédito é utilizado para compensar até 60% do acréscimo de imposto apresentado pela Companhia, sendo concedido prazo de 120 meses para fruição do crédito a partir da concessão. Os créditos utilizados mensalmente são devolvidos após 48 meses, podendo o prazo total do benefício estender-se a 168 meses. A forma de amortização do benefício é o pagamento do crédito utilizado, acrescido de juros de 4% ao ano e atualização monetária pela UFIR.

Foi concedido à Companhia um crédito total de ICMS de R\$ 47.000, sendo liberado na primeira fase o crédito de R\$ 8.500. No exercício de 2008 houve um adendo no contrato inicial referente à liberação monetária da primeira fase, com o incremento de R\$ 6.859, passando o total de crédito liberado para R\$ 15.359, desse montante a Companhia utilizou, até o momento, R\$ 6.709.

O saldo de crédito utilizado ainda a pagar, está abaixo demonstrado:

	<u>30/09/2014</u>	<u>Amortizações</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Prorrogações</u>	<u>31/12/2013</u>
PRODEC	1.112	(306)	31	255	1.132
	1.112	(306)	31	255	1.132
Circulante	114				412
Não circulante	998				720

O cronograma previsto para as parcelas classificadas no passivo não circulante está abaixo demonstrado:

	<u>30/09/2014</u>
2014	114
2016	305
2017	437
2018	256
Total	1.112

Notas Explicativas

15. Programa de recuperação fiscal – REFIS Federal

Amparada na Lei N.º 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no Programa, está sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da Companhia (base de pagamento), estima-se que o valor desse passivo deverá ser quitado até o final do ano de 2063. Em garantia do Programa, foram arrolados e penhorados, bens do ativo imobilizado.

Na adesão da Companhia ao Programa, os honorários advocatícios de sucumbência arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram incorporados ao parcelamento à razão de 10%. A Lei que instituiu o programa REFIS estabelecia, no entanto, honorários de sucumbência de 1%. Para reduzir o valor de honorários inicialmente consolidados no Programa, a assessoria jurídica da Companhia requereu em todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06.

A Companhia discute também no âmbito administrativo a inclusão indevida de supostos débitos a título de imposto de renda e contribuição social, não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que para aqueles exercícios a mesma não apresentou lucro tributável. Este tema gera uma diferença entre o valor contabilizado pela Companhia e o extrato do REFIS junto à Receita Federal, na ordem de R\$ 2.213 em 30 de setembro de 2014.

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	30/09/2014	Amortizações	Transferências	Atualizações	31/12/2013
REFIS	101.861	(1.824)	-	1.914	101.771
	101.861	(1.824)	-	1.914	101.771
Circulante	2.435				2.616
Não circulante	99.426				99.155

Notas Explicativas

16. Partes relacionadas

As transações comerciais e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre partes relacionadas e remuneração da Administração foram realizadas conforme abaixo.

a) Garantias

Em garantia aos empréstimos bancários da firmados pela Companhia em 2014 e 2013, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos, foram dados máquinas, equipamentos e avais. A Companhia mantém com a Companhia Werner S/A e a empresa Bellevue Participações Societárias Ltda, a prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças. Em 30 de setembro de 2014, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pelas avalistas/fiadoras, é de R\$ 28,1 milhões. Para estes nove meses de 2014, a Companhia pagou às avalistas/fiadoras, a título de remuneração, a importância de R\$ 229 (R\$ 456 em 30 de setembro de 2013), registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

b) Remuneração da Administração e Conselho Fiscal

A administração da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e três Conselheiros e uma Diretoria Estatutária composta de um Diretor-Presidente e de Relações com Investidores e um Diretor Administrativo. A Companhia tem instituído o Conselho Fiscal, com três membros e seus respectivos suplentes. Os membros da administração e do Conselho Fiscal fizeram jus à remuneração de R\$ 3.430, e seus respectivos encargos previdenciários de R\$ 282 por seus serviços, correspondendo o montante total com encargos de R\$ 3.712 para estes nove primeiros meses de 2014 (R\$ 3.620 para 2013).

Os Diretores recebem benefícios corporativos adicionais tais como: assistência médica e odontológica, seguro de vida, complementação de benefícios previdenciários (plano de previdência privado), dentre outros. A Companhia não pagou a suas pessoas chave da administração, remuneração em outras categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e c) benefícios de pós-emprego, exceto o descrito na Nota 11.c.

Notas Explicativas

17. Imposto de renda e contribuições social

a) Impostos diferidos

A Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferidos como abaixo demonstrado:

	<u>30/09/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Crédito tributário ativo		
Diferenças temporárias	2.277	2.185
Prejuízo fiscal e base negativa	1.433	2.692
	<u>3.710</u>	<u>4.877</u>
Credito tributário passivo		
Valor justo do ativo imobilizado (<i>deemed cost</i>) - CPC 27	25.008	25.821
	<u>25.008</u>	<u>25.821</u>
Passivo líquido não circulante	<u>21.298</u>	<u>20.944</u>

i) Imposto de renda diferido sobre adições temporárias e prejuízos fiscais

Os créditos e débitos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 que trata de tributos sobre o lucro.

ii) Prazo estimado de realização

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia acumula prejuízos fiscais num total de R\$ 3.744 (R\$ 7.446 em 31/12/2013) e base negativa de contribuição social em um total de R\$ 5.525 (R\$ 9.228 em 31/12/2013), os quais geraram os créditos tributários de IR diferido de R\$ 936 (R\$ 1.861 em 31/12/2013) e CS diferido de R\$ 497 (R\$ 831 em 31/12/2013). A realização destes créditos encontra-se suportada por estudos elaborados pela Administração. Esses estudos encontram-se fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, tendo como base em orçamento e plano de negócios para 10 anos, examinados e aprovados pela Administração da Companhia, em atendimento ao exigido pela Instrução CVM 371.

A expectativa da Administração é de que esses créditos tributários diferidos sejam realizados no seguinte cronograma:

Ano	<u>Estimativa compensação</u>
2014	602
2015	831
Total	<u>1.433</u>

Notas Explicativas**17. Imposto de renda e contribuições social--continuação****b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Lucro antes dos impostos	10.213	11.938
IR/CS a alíquota de 34%	(3.472)	(4.059)
(Exclusões)/adições		
Diferenças permanentes	-	21
Outras	397	176
Total	(3.075)	(3.862)
Tributos correntes	(2.721)	(3.691)
Tributos diferidos	(354)	(171)
 Alíquota fiscal efetiva:	 30%	 32%

c) Lei 12.973/2014 – extinção do Regime Tributário de Transição (RTT)

A conversão em Lei (12.973/2014) em 13 de maio de 2014, da então Medida Provisória nº 627, trata dos efeitos da extinção do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a possibilidade de opção antecipada para o exercício de 2014, de forma independente e irrevogável. A Companhia está avaliando junto a seus assessores jurídicos a matéria e, até a aprovação destas demonstrações financeiras intermediárias não possui expectativas de que tal conclusão irá gerar impactos financeiros e contábeis nas suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

18. Cobertura de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros para valores monetários relevantes em riscos diversos, como responsabilidade civil, lucros cessantes e demais coberturas, como abaixo demonstrado:

Ativos, responsabilidades ou interesses cobertos	Modalidade	Importância Segurada (R\$ mil)	Vigência até
Responsabilidade civil Administradores - D&O	Danos financeiros involuntários causados por administradores	5.000	16/03/2015
Riscos diversos a máquinas e equipamentos portáteis	roubo/quebra de máquinas e equipamentos portáteis	1.362	27/01/2015
Vida Dirigentes	Indeniza morte, acidente ou invalidez dos Dirigentes	2.300	25/10/2014
Vida Coordenadores	Indeniza morte, acidente ou invalidez dos Coordenadores	1.430	25/04/2015
Vida Colaboradores	Indeniza morte, acidente ou invalidez de Colaboradores	até 200 por Colaborador	30/09/2015
Transporte Internacional Importação	Seguro de Transporte ref. Importação de mercadorias	Conforme valor das NFs/Faturas/Invs.	01/09/2015
Responsabilidade civil Geral	Danos involuntários físicos às pessoas e/ou danos materiais e morais causados a terceiros	13.800	08/08/2015
Instalações fabris, administrativas e centros de distribuição	Incêndio, danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos	74.550	05/05/2015
Lucro cessantes	Perda de receita decorrente de acidentes	122.500	05/05/2015
Veículos	Roubo, colisão, morte/invalidez de passageiros	600	20/09/2015
Responsabilidade Civil Ambiental	Danos Involuntários causados ao meio ambiente	5.000	03/08/2015

A cobertura de seguros foi determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Notas Explicativas

19. Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros registrados nas Informações em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, apresentando os seguintes valores contábeis e de mercado:

	Valor Contábil		Valor de Mercado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	13.197	8.056	13.197	8.056
Contas a receber de clientes	39.964	47.855	39.964	47.855
Fornecedores	8.470	6.543	8.470	6.543
Financiamentos e empréstimos	40.024	42.851	40.024	42.851

Os fatores de risco dos instrumentos financeiros basicamente estão relacionados com:

(i) Riscos financeiros

Riscos de moeda estrangeira

Para atenuar riscos cambiais, a Companhia monitora a exposição financeira, procurando equilibrar os seus ativos e passivos financeiros dentro de limites estabelecidos pela Administração.

Riscos de encargos da dívida

Estes riscos são oriundos da possibilidade da Companhia vir incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de setembro de 2014 ou 31 de dezembro de 2013.

(ii) Riscos operacionais

Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto à instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Para atenuar o risco decorrente das operações de vendas, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecem um limite de crédito e acompanha permanentemente o seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito.

Notas Explicativas

19. Instrumentos financeiros--continuação

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data-base de 30 de setembro de 2014, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o primeiro semestre de 2014 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

Operação	Risco	30/09/2014	(perdas) ganhos financeiros				
			Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Capital Giro	CDI	(35.335)	1.293	646	(2.586)	(3.232)	(3.879)
Finimp GCB696/10	USD+CDI	(304)	161	80	(18)	(102)	(483)
Finame / BNDES	Fixo	(4.385)	123	184	(246)	(307)	(368)
		<u>(40.024)</u>	<u>1.577</u>	<u>910</u>	<u>(2.850)</u>	<u>(3.641)</u>	<u>(4.730)</u>
Indexador	CDI		5,05	7,58	10,10	12,62	15,15
	USD		1,22	1,84	2,45	3,06	3,68
	Fixo		2,80	4,20	5,60	7,00	8,40

Operação	Risco	30/09/2014	(perdas) ganhos financeiros				
			Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicações financeiras	CDI	8.717	(440)	(660)	880	1.100	1.320
		<u>8.717</u>	<u>(440)</u>	<u>(660)</u>	<u>880</u>	<u>1.100</u>	<u>1.320</u>
Indexador	CDI		5,05	7,58	10,10	12,62	15,15

20. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Outras receitas		

Notas Explicativas

Despesas recuperadas	385	97
Outras receitas	1.051	1.864
	1.436	1.961
Outras despesas		
Perdas com operações comerciais	(80)	(333)
Contratos de aval e fiança	(229)	(456)
Outras despesas	(244)	(132)
	(553)	(921)
Outras receitas operacionais, líquidas	883	1.040

Na rubrica despesas recuperadas está contabilizado o êxito judicial na recuperação de R\$180 referente Imposto de Renda sobre importação de serviços de países com acordo bilateral.

Destacamos que foi publicado no dia 12 de setembro de 2014 o Decreto n.º 8.304 que regulamenta a aplicação do programa REINTEGRA (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras) a partir de outubro de 2014, que trata do ressarcimento parcial ou integral do resíduo tributário na cadeia de produção. O incentivo será registrado como outras receitas, como o foi em 2013, e possibilitará a compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

21. Receitas e despesas financeiras

	30/09/2014	30/09/2013
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	539	735
Ajustes a valor presente - AVP	966	1.002
Variação cambial ativa	462	771
Outras receitas	464	149
	2.431	2.657
Despesas financeiras		
Encargos	(2.604)	(3.771)
Juros incorridos – REFIS	(1.914)	(2.262)
Variação cambial passiva	(1.298)	-
	(5.816)	(6.033)
Despesas financeiras, líquidas	(3.385)	(3.376)

Notas Explicativas

22. Informações por segmento e reconciliação da receita líquida

A Companhia atua em apenas um segmento operacional definido como metalúrgico, produzindo e comercializando fundidos de aço. As ferramentas que utilizamos para avaliar o desempenho da única atividade que atuamos tanto para fins operacionais, gerenciais, comerciais ou administrativos são submetidas às seguintes premissas:

- Nossas linhas de produção operam separadamente nas categorias de produtos que fabricamos, a saber, (Repetitivos e Produtos Sob Encomenda); e
- Na planta fabril, há algumas divisões que separam estas categorias nas linhas de produção e outras não, e por isto a administração gerencia o resultado do negócio de forma única.

Informações da receita em:

30/09/2014	Receitas no Mercado		Total	
	Interno	Externo		
Demanda				
Repetitiva	70.272	17.307	87.579	56%
Sob encomenda	32.791	36.256	69.047	44%
Receita bruta	103.063	53.563	156.626	100%
Deduções receita	(17.141)	(1.563)	(18.704)	
Impostos	(14.722)	-	(14.722)	
Devoluções e abatimentos	(1.617)	(1.112)	(2.729)	
Ajuste valor presente- AVP	(801)	(451)	(1.252)	
Receita operacional líquida	85.923	52.000	137.923	

30/09/2013	Receitas no Mercado		Total	
	Interno	Externo		
Demanda				
Repetitiva	70.942	14.872	85.814	56%
Sob encomenda	29.310	38.782	68.092	44%
Receita bruta	100.252	53.654	153.906	100%
Deduções receita	(17.628)	(945)	(18.573)	
Impostos	(14.076)	-	(14.076)	
Devoluções e abatimentos	(2.681)	(484)	(3.165)	
Ajuste valor presente- AVP	(871)	(461)	(1.332)	
Receita operacional líquida	82.624	52.709	135.333	

Informação da receita líquida – distribuição geográfica:

	Fundidos de Aço – 2014			Fundidos de Aço – 2013		
	Repetitivos	Sob Encomenda	Total	Repetitivos	Sob Encomenda	Total
Nacional	59.238	26.685	85.923	60.945	21.679	82.624
América Latina	278	4.614	4.892	1.221	11.390	12.611
América do Norte	10.545	29.047	39.592	12.323	23.645	35.968
Europa e Ásia	5.915	1.601	7.516	696	3.434	4.130
Total	75.976	61.947	137.923	75.185	60.148	135.333

Notas Explicativas

23. Despesas por natureza

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado pelas principais naturezas:

Custo	30/09/2014		30/09/2013	
Insumos diretos	(30.989)	31,0%	(32.396)	32,8%
Materiais indiretos	(6.363)	6,4%	(5.749)	5,8%
Custos com pessoal	(36.324)	36,3%	(33.970)	34,4%
Serviços de terceiros	(8.140)	8,1%	(7.228)	7,3%
Outras despesas	(18.260)	18,2%	(19.474)	19,7%
Total dos custos	(100.076)	100%	(98.817)	100,0%
Despesas com vendas	30/09/2014		30/09/2013	
Comissões	(4.680)	41,9%	(4.074)	44,5%
Frete	(2.022)	18,1%	(1.227)	13,4%
Materiais	(45)	0,4%	(36)	0,4%
Mão de obra	(2.038)	18,2%	(1.642)	17,9%
Serviços de terceiros	(374)	3,3%	(275)	3,0%
Outras despesas	(2.023)	18,1%	(1.903)	20,8%
Total das despesas	(11.182)	100%	(9.157)	100,0%
Despesas administrativas	30/09/2014		30/09/2013	
Materiais	(206)	1,5%	(194)	1,5%
Mão de obra	(3.953)	28,3%	(3.671)	28,1%
Locação de equipamentos	(151)	1,1%	(149)	1,1%
Honorários com encargos	(3.712)	26,6%	(3.530)	27,0%
Serviços de terceiros	(2.638)	18,9%	(2.423)	18,5%
Outras despesas	(3.290)	23,6%	(3.118)	23,8%
Total das despesas	(13.950)	100%	(13.085)	100,0%

Notas Explicativas

24. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação para o exercício findo em 30 de setembro de 2014 e 2013:

	<u>30/09/2014</u>	<u>30/09/2013</u>
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro disponível aos acionistas preferencialistas	4.211	4.764
Lucro disponível aos acionistas ordinários	2.927	3.312
	<u>7.138</u>	<u>8.076</u>
Média ponderada de ações preferencialistas	1.275.000	1.275.000
Média ponderada de ações ordinárias	975.000	975.000
	<u>2.250.000</u>	<u>2.250.000</u>
Resultado básico e diluído por ação		
Ação preferencial	3,3025	3,7365
Ação ordinária	3,0023	3,3968

As ações preferenciais não gozarão de direito de voto, respeitadas, no entanto, as disposições de lei. As ações preferenciais terão: a) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, pelo menos 10% (dez por cento) maior que o atribuído a cada ação ordinária; b) preferência, em caso de liquidação da sociedade, no reembolso do capital social; c) se a Companhia deixar transcorrer três exercícios consecutivos sem a distribuição dos dividendos acima, as ações preferenciais adquirirão o direito de voto, direito esse que perderão quando forem distribuídos dividendos.

25. Processo Eletrobras

A Companhia é autora em ação ajuizada sobre o nº 99.20.05382-1 contra a Eletrobras, através da qual vem discutindo a correção monetária aplicada sobre os empréstimos compulsórios pagos pela Companhia, e que não foi respeitada pela Eletrobras no momento de restituir os valores recolhidos.

O processo foi julgado, com decisão transitada em julgado em 23 de janeiro de 2014, determinando que os valores dos empréstimos compulsórios recolhidos pela Companhia no período de janeiro de 1987 a janeiro de 1994 fossem corrigidos da forma prevista em lei. Depois de realizar os cálculos, a Companhia ajuizou Execução de Sentença (nº 5014451-55.2013.404.7205) em 18/11/2013 no valor de R\$ 14.643.

A Eletrobras reconheceu como devido em março de 2014 apenas o valor de R\$ 4.304, tendo depositado judicialmente o valor de R\$ 3.911, e cedido 57.528 (cinquenta e sete mil quinhentas e vinte e oito) ações preferenciais nominativas da classe B de sua emissão, no montante de R\$ 581. As 57.528 ações preferenciais nominativas da classe B da ELETROBRAS já estão disponíveis para a Companhia, e portanto foram reconhecidas como um ganho no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, líquido da taxa de corretagem.

Notas Explicativas

25. Processo Eletrobras--continuação

Para a parte depositada em juízo a Companhia pleiteou o levantamento do valor depositado a seu favor, porém, o judiciário não determinou a expedição de alvará do valor depositado judicialmente em favor da Companhia por existir uma demanda de terceiro alegando que o crédito é de sua propriedade e não da Electro Aço Altona S.A. A Companhia somente reconhecerá o ganho relacionado a este processo quando for plenamente assegurado o direito em seu favor.

O saldo de R\$ 10.339, a Eletrobras impugnou e deu ações da CEMAR em garantia à execução.

A Companhia registrou no período de nove meses como despesas de honorários advocatícios o montante de R\$ 175 referentes à parcela já reconhecida do ganho com esta ação da Eletrobras. Sob o saldo remanescente, referente à discussão em andamento, a Companhia possui honorários advocatícios pendentes, os quais serão devidos no momento do encerramento da causa, caso o desfecho seja favorável a Companhia.

Notas Explicativas

Membros da Administração

Diretoria

Cacídio Girardi – Diretor Presidente e Relação com Investidor

Duncan Roderick MC Kay – Diretor

Cleber Roberto Pisetta – Contador CRC-SC 025.984/O-7

Notas Explicativas

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo ao que determina o artigo 9º, parágrafo 4º, do Estatuto Social, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da ELECTRO AÇO ALTONA S.A., para apreciação dos relatórios das Contas da Diretoria, expresso pelo Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referente ao período encerrado em 30 de setembro de 2014. Após analisados e discutidos todos os pormenores, aprovaram-nos na sua íntegra e manifestaram-se favoravelmente quanto à sua aprovação no dia 23 de outubro de 2014.

Membros do Conselho de Administração

Carmen Vetter Werner – Presidenta

Valmir Osni de Espindola – Vice- Presidente

Eunildo Lazaro Rebelo – Conselheiro

Débora de Souza Morsch - Conselheira

Luiz Fernando Werner - Conselheiro

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
ELECTRO AÇO ALTONA S.A.
Blumenau, SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Electro Aço Altona S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Blumenau (SC), 24 de outubro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2-SP 015.199/O-6 F-SC

Luis Carlos de Souza
Contador CRC-1SC 021.585/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2014.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2014.

As políticas da Companhia no que tange à contratação de serviços junto aos seus auditores independentes, não relacionados a serviços de auditoria externa, asseguram que não haja conflito de interesse, perda de independência ou objetividade. Ademais, todos os serviços contratados não vinculados à prestação de auditoria externa têm acompanhamento por parte da Administração da Companhia.